5 — Delego, com a faculdade de subdelegação, no Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante António Maria Mendes Calado, a competência para a prática:

a) Dos atos previstos nos n.ºs 4 e 5 do Despacho n.º 2664/2016, de 3 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 36, de 22 de fevereiro de 2016 (Programa de Modernização de meia-vida das Fragatas da Classe “Bartolomeu Dias”);

b) Dos atos previstos no n.º 3 do Despacho n.º 2665/2016, de 3 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 36, de 22 de fevereiro de 2016 (Edificação das capacidades na área das comunicações das Fragatas da Classe “Bartolomeu Dias”);

c) Dos atos previstos na alínea b) do n.º 3 do Despacho n.º 2666/2016, de 3 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 36, de 22 de fevereiro de 2016 (*Evolved SeaSparrow Missile Block 2*);

d) Dos atos previstos nas alíneas f) a i) do n.º 4 do Despacho n.º 3705/2016, de 18 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 51, de 14 de março de 2016 (Modernização dos helicópteros *Lynx Mk95*);

e) Dos atos previstos no n.º 1 do Despacho n.º 5990/2016, de 21 de abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 87, de 5 de maio de 2016 (Navios Patrulha Oceânicos);

f) Dos atos previstos nas alíneas g) a i) do n.º 3 do Despacho n.º 6844/2016, de 11 de maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 100, de 24 de maio de 2016 (Baterias principais para os submarinos da classe “Tridente”);

g) Dos atos previstos nos n.ºs 5 a 7 do Despacho n.º 12621/2016, de 9 de outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 202, de 20 de outubro de 2016 (Revisões intermédias dos NRP “Tridente” e “Arpão”);

h) Dos atos previstos no n.º 3 do Despacho n.º 8306/2017, de 4 de setembro de 2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 184, de 22 de setembro de 2017 (Aquisição pela *NATO Support and Procurement Agency* de dois sistemas *Medusa MK4L Electro Optical FCS* e dois sistemas de artilharia *30MM ATK RC MARLIN -WS*, com respetivos sobressalentes, ferramentas, manuais, formação e instalação a bordo);

i) Dos atos relativos ao procedimento contratual e à execução do subsequente contrato no âmbito da aquisição de combustíveis operacionais (gasóleo marítimo melhorado e gasóleo colorido) no triénio de 2018 a 2020, nos termos determinados no Despacho n.º 6389/2018, de 4 de junho de 2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 124, de 29 de junho de 2018, e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/2018, de 25 de maio.

6 — Delego ainda na Autoridade Marítima Nacional, Almirante António Maria Mendes Calado, a competência para:

a) Conceder, nos termos do n.º 3 do artigo 1.º da Portaria n.º 310/95, de 13 de abril, na sua redação atual, a medalha de coragem, abnegação e humanidade, o diploma de louvor e a medalha de filantropia e dedicação;

b) Nomear, após a prévia concordância do Chefe do Estado-Maior da Armada, os membros da Comissão do Domínio Público Marítimo a que se referem as alíneas b), c), f) e i) do n.º 4 do Regulamento Interno da Comissão do Domínio Público Marítimo, aprovado pela Portaria n.º 752/87, de 2 de setembro, na sua redação atual, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de março, na sua redação atual.

7 — Autorizo a subdelegação das competências referidas nos n.ºs 1, 2 e na alínea b) do n.º 4 no Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada e nos Oficiais Gerais que, na direta dependência do Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional, desempenhem funções de comando, direção ou chefia.

8 — O presente despacho produz os seus efeitos a partir da data da sua assinatura, ficando por este meio ratificados todos os atos praticados pelo Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante António Maria Mendes Calado, e, por inerência, Autoridade Marítima Nacional, que se incluam no âmbito desta delegação de competências e que tenham sido praticados desde o dia 15 de outubro de 2018.

16 de novembro de 2018. — O Ministro da Defesa Nacional, *João Titterington Gomes Cravinho*.

311896725

Gabinete da Secretária de Estado da Defesa Nacional

Despacho n.º 12233/2018

1 — Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20

de janeiro, designo, para exercer as funções de chefe do meu gabinete, a mestre em Direito Noémia Maria Pizarro Bravo da Silva Pereira, com produção de efeitos a 22 de outubro de 2018.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

23 de outubro de 2018. — A Secretária de Estado da Defesa Nacional, *Ana Isabel dos Santos Figueiredo Pinto*.

Nota curricular

Noémia Maria Pizarro Bravo da Silva Pereira nasceu em 26 de março de 1977, é licenciada em Direito pela Universidade de Coimbra e mestre em Direito da União Europeia pela Universidade Livre de Bruxelas. Concluiu o 1.º ano do programa de doutoramento em Ciência Política no ISCTE-IUL. Foi assistente convidada na Universidade Católica Portuguesa, de Braga, investigadora no Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, de Lisboa, e gestora no Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL. Foi Secretária-Geral do Conselho Português do Movimento Europeu. Foi assessora do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação entre 2009 e 2011 e chefe do gabinete da Presidente da Assembleia da República entre 2011 e 2015.

311890236

Marinha**Superintendência do Pessoal****Despacho n.º 12234/2018**

1 — Ao abrigo do disposto no Despacho n.º 9436/2018, de 24 de setembro, do Contra-Almirante Superintendente do Pessoal, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 195, de 10 de outubro de 2018, subdelego no Chefe do Departamento Administrativo, de Normalização e de Comunicação da Direção de Pessoal, Capitão-de-Fragata Luís Filipe Patrocínio Tomás, a competência para:

a) No âmbito administrativo e financeiro:

Autorizar despesas até ao limite de 50 000,00 (cinquenta mil) euros com a locação e aquisição de bens e serviços, com faculdade de subdelegar.

b) No âmbito da proteção na parentalidade e assistência à família e relativamente aos militares e civis, em qualquer forma de prestação de serviço efetivo, que prestam serviço no Departamento Administrativo, de Normalização e de Comunicação:

- (1) Concessão de licença parental inicial em qualquer das modalidades;
- (2) Concessão de licença por risco clínico durante a gravidez;
- (3) Concessão de licença por interrupção de gravidez;
- (4) Concessão de licença por adoção;
- (5) Concessão de dispensas para consulta pré-natal, amamentação, aleitação e para avaliação para adoção;
- (6) Autorização para assistência inadiável e imprescindível a filho;
- (7) Autorização para assistência a neto;
- (8) Concessão de dispensa de trabalho noturno e para proteção da segurança e saúde;
- (9) Redução do tempo de trabalho para assistência a filho menor com deficiência ou doença crónica;
- (10) Autorização para assistência a membro do agregado familiar.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 9 de novembro de 2018, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Chefe do Departamento Administrativo, de Normalização e Comunicação que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

3 — É revogado o Despacho n.º 11515/2018, de 14 de novembro, do Diretor de Pessoal, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 232, de 3 de dezembro de 2018.

6 de dezembro de 2018. — O Diretor de Pessoal, *Nuno Chaves Ferreira*, Capitão-de-Mar-e-Guerra.

311893477

Despacho n.º 12235/2018

1 — Ao abrigo do disposto no Despacho n.º 9436/2018, de 24 de setembro 2018, do Contra-Almirante Superintendente do Pessoal, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 195, de 10 de outubro de